



## **08 DE DEZEMBRO DE 2011**

### **Quinta – feira**

- **NOTÍCIAS CNI (ANEXO)**
- **SEM INCENTIVO, CARRO ELÉTRICO EMPACA NO PAÍS**
- **AVANÇO DO DÓLAR “AMORTECE” QUEDA DAS EXPORTAÇÕES**
- **APÓS TOMBO, PRODUÇÃO DO PR VOLTA A CRESCER**
- **FÁBRICA MUDA DE DONO EM SÃO JOSÉ**
- **VALE NEGOCIA MUDANÇAS NOS PREÇOS DO MINÉRIO**
- **PRESSÃO EUROPEIA E FORTE QUEDA DA VALE LEVAM IBOVESPA A RECUAR 1,5%**
- **PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA NO NORDESTE RECUA 4,7% NO ANO**
- **RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATANTE ESTÁ EM DEBATE**
- **CLT, DE 1943, AINDA AMPARA A MAIORIA DOS JULGAMENTOS**
- **EMPRESÁRIOS E SINDICATOS DIVERGEM SOBRE BENEFÍCIOS**
- **CONSUMO DE ALUMÍNIO CRESCERÁ 9,3% EM 2011**
- **INDÚSTRIA TEM PREJUÍZO DE R\$ 30 MIL POR DIA COM ROUBO DE COBRE**
- **VENDAS DE VEÍCULOS PODEM AVANÇAR ATÉ 5% EM 2012**
- **ANFAVEA: MERCADO CRESCER, MAS PRODUÇÃO NÃO ACOMPANHA**

Câmbio Em 08/12/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,799	1,800
Euro	2,398	2,399

Fonte: BACEN

## Sem incentivo, carro elétrico empaca no país

08/12/2011- Gazeta do Povo

Ao contrário dos Estados Unidos e de países europeus, o governo brasileiro ainda não demonstrou que pretende investir pesado na tecnologia dos veículos elétricos. Para executivos do setor, a alta carga tributária praticada no país é sinal de que os carros movidos a energia elétrica não vão começar a circular tão cedo. O assunto foi discutido ontem no 1.º Congresso Paranaense de Veículo Elétrico, no Parque Tecnológico de Itaipu (PTI), em Foz do Iguaçu.

O superintendente de Engenharia e Planejamento da Mitsubishi, Fábio Maggion, diz que desde o ano passado o setor brigava por uma adequação tributária para os veículos elétricos, que pagavam 25% de IPI. "Queríamos reduzir porque hoje os veículos 1.0, que menos poluem no país, pagam 7%", comparou. No entanto, o que as montadoras receberam foi um balde de água fria, com o anúncio do aumento do imposto sobre os importados para até 55% no próximo dia 16. No início de 2010, o governo chegou a cogitar um programa de estímulo ao desenvolvimento do carro elétrico, mas o plano foi cancelado por divergências internas.

### Brasil está no fim da fila, afirma presidente da Renault

Na semana passada, o presidente mundial do grupo Renault-Nissan, Carlos Ghosn, afirmou, durante o Salão de Tóquio, que em cerca de dez anos pelo menos 10% dos carros vendidos no mundo serão elétricos, mas países emergentes, como o Brasil, estão no fim da fila para receber estes carros em suas ruas. Na mostra, que termina no domingo, mais de 60% dos veículos que estão sendo apresentados são protótipos de carros movidos a eletricidade.

Segundo Ghosn, o único país que vai desenvolver rapidamente um mercado de veículos elétricos será a China. Ele ainda declarou que a culpa de o Brasil não desenvolver carros elétricos não é dos brasileiros e sim dos fabricantes, citando, entre outros fatores, a atual incapacidade de produzir baterias para uma demanda maior que a esperada pelos países desenvolvidos.

### Preço

Maggion diz que, se o governo brasileiro desse incentivos ao setor – como faz a própria Argentina com o imposto de importação – e reduzisse em 10% o IPI, o preço do veículo cairia para R\$ 120 mil. O valor, apesar de alto, segundo o executivo, já é considerado competitivo. "Nós não estamos pedindo dinheiro

como nos EUA, onde o governo dá US\$ 5 mil, US\$ 7 mil para quem compra o carro elétrico. Isso, sim, é incentivo. Estamos pedindo a redução da carga tributária”, reclamou. Com a falta de incentivo, as montadoras ainda não têm estimativa de prazo para comercializar os primeiros veículos elétricos no país.

O setor automotivo brasileiro sustenta que os governos precisam incentivar a produção do veículo elétrico para as montadoras aumentarem o volume de vendas e baixarem o preço de produção. Esta seria uma estratégia para incrementar o número de fábricas em todo o mundo. Hoje a produção anual de carros elétricos no mundo não passa de 100 mil ao ano.

O diretor de Relações Institucionais da Renault, Antonio Calcagnotto, também defende uma política governamental para o setor e diz que o projeto do carro elétrico não é um entrave para o etanol. “O Brasil nitidamente tem uma estrutura política de apoio ao etanol. Há um entendimento ainda não claro dentro do governo de que uma nova tecnologia como o carro elétrico vai matar o etanol, o que não é verdade”, salienta.

## Avanço do dólar “amortece” queda das exportações

08/12/2011- Gazeta do Povo

As exportações do Paraná caíram pelo terceiro mês consecutivo em novembro, influenciadas por fatores sazonais – como a redução dos embarques de alguns produtos do agronegócio – e por pequenas quedas nas vendas de veículos e peças, equipamentos mecânicos e madeira. Mas a valorização do dólar, cuja cotação média subiu nos últimos quatro meses em razão da crise internacional, ajudou a minimizar as perdas dos exportadores.

No mês passado, o estado vendeu ao exterior US\$ 1,37 bilhão em mercadorias, volume 1,6% inferior ao de outubro. Mas, como em novembro o câmbio girou em torno de uma taxa média de R\$ 1,791, superior à do mês anterior (US\$ 1,773), na conversão para a moeda brasileira o faturamento dos exportadores ficou praticamente estável, oscilando de R\$ 2,47 bilhões em outubro para R\$ 2,46 bilhões no mês seguinte. Os cálculos foram feitos pela Gazeta do Povo a partir do cruzamento de dados do Ministério do Desenvolvimento (MDIC) e do Banco Central (BC).

De janeiro a novembro, o dólar foi vendido por uma média R\$ 1,66, a menor cotação para o período desde 1998. O dólar baixo é ruim para os exportadores, pois deixa as mercadorias brasileiras mais caras no exterior. Mas não impediu o Paraná de bater seu recorde anual de exportações.

O dólar barato ajudou as importações do estado a alcançar a maior marca da história, de US\$ 17,16 bilhões até novembro, o que gerou um déficit comercial de US\$ 1,2 bilhão. Se persistir em dezembro, o saldo negativo será o primeiro em 11 anos.

O levantamento mostra que, desde agosto, quando o Paraná obteve o maior faturamento do ano, as exportações mensais recuaram 25%, conforme a contabilidade oficial do MDIC. Em reais, no entanto, a redução ficou limitada a 15. Isso porque, no mesmo intervalo, o dólar médio subiu mais de 12%, segundo o BC, sob influência das crises das dívidas dos Estados Unidos e da Europa.

Na comparação com novembro de 2010, quando o dólar comercial foi vendido a uma média de R\$ 1,713, as exportações cresceram em ambas as moedas: 17% em dólares e 22% em reais.

Embora os exportadores tenham sido beneficiados pela alta do dólar nos últimos meses, no acumulado de janeiro a novembro o comportamento da moeda foi menos favorável a eles. A taxa média de câmbio neste ano foi de R\$ 1,66, muito abaixo da registrada em igual período de 2010 (cerca de R\$ 1,77). Os quase US\$ 16 bilhões embarcados em 2011, volume recorde, representam um aumento de 22% sobre igual período do ano passado. Na conversão para reais, a expansão foi mais tímida: o faturamento cresceu 15%, para R\$ 26,41 bilhões.

## **Após tombo, produção do PR volta a crescer**

08/12/2011- Gazeta do Povo

Um dos setores mais afetados pelos desdobramentos da crise financeira internacional, a indústria reduziu sua produção em 0,6% na passagem de setembro para outubro, com queda em metade dos 14 locais que compõem a Pesquisa Mensal de Indústria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mas o Paraná foi uma das sete regiões a exercer impacto positivo sobre os números: depois de registrar uma queda de 13,3% em setembro, avançou 1% em outubro, na comparação com o mês anterior. Em relação a outubro de 2010, a atividade aumentou 13,4% – o segundo maior crescimento, atrás apenas do Amazonas.

A recuperação do Paraná em outubro – facilitada pela fraca produção, tanto no mês anterior quanto no mesmo período de 2010 – se deu, principalmente, pela contribuição da produção de veículos automotores (que cresceu 28,9% em relação a outubro de 2010, com destaque para caminhões) e dos setores de madeira (alta de 22,6%), combustíveis (7,7%, com destaque para a gasolina) e alimentos (avanço de 3,3%, puxado pela produção de ração animal, óleo de soja, café solúvel e outros derivados da soja). O setor de edição e impressão também se destacou, com crescimento de 87,9%, um sinal de recuperação frente aos 61,7% negativos de outubro de 2010.

### **Na contramão, vendas caem 1,55% no mês**

Na contramão do desempenho da produção, as vendas da indústria paranaense registraram redução de 1,55% de setembro para outubro, de acordo com a Federação das Indústrias do Paraná (Fiep). Apesar do fraco resultado mensal, no entanto, no acumulado dos dez primeiros meses o faturamento subiu 6,5%. “O ano de 2011 se confirma como o ano de maiores vendas da indústria paranaense”, diz Maurílio Schmitt, coordenador do departamento econômico da Fiep.

As performances negativas que pesaram no resultado mensal ocorreram em 14 dos 18 gêneros da pesquisa, incluindo os setores de maior importância da indústria paranaense: alimentos e bebidas (queda de 0,69%), refino de petróleo e produção de álcool (-1,11%) e veículos automotores (-7,68%). Os maiores avanços se deram nos

gêneros vestuário (alta de 29,45%), edição e impressão (19,73%) e máquinas e equipamentos (13,36%).

Segundo Schmitt, o nível de emprego apresentou pequeno aumento em outubro (0,15%) e acumula no ano acréscimo de 3,63%. Os setores que mais colaboraram com o índice de outubro foram material eletrônico e de comunicações (alta de 5,13% no nível de emprego) e produtos de metal (2%). O uso da capacidade instalada subiu de 79% para 83% em relação a outubro de 2010.

“Alguns fatores específicos da indústria paranaense têm mostrado um desempenho diferenciado. São setores que garantem um comportamento positivo ao longo do ano, como os de veículos automotores e alimentos”, explica André Macedo, gerente da pesquisa do IBGE.

Os setores que apresentaram retração no período foram máquinas e equipamentos (-4,5%) e outros produtos químicos (-11,2%). O órgão aponta que a causa do recuo foi a diminuição da produção de máquinas para a indústria de panificação e refrigeradores e de adubos e fertilizantes.

## **Crise**

O setor industrial começou a desacelerar em agosto, refletindo os problemas das dívidas soberanas dos Estados Unidos e da Europa e também as medidas baixadas pelo governo federal ainda no início de 2011 para conter a inflação. Embora desde o mês passado o Banco Central e o Ministério da Fazenda estejam trabalhando para voltar a estimular a economia doméstica, as incertezas do cenário externo continuam a afetar o empresariado e os consumidores brasileiros.

As quedas mais acentuadas da indústria, na comparação com setembro, ocorreram em Goiás (-8%), Santa Catarina (-3,4%) e São Paulo (-2,6%). Na comparação anual, a queda acumulada em oito das 14 regiões é de 2,2%.

## **Perspectiva**

O economista e diretor-presidente do Instituto Paranaense de Pesquisa e Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), Gilmar Mendes Lourenço, acredita que até o fim do ano o Paraná acompanhará a tendência nacional de desaceleração. Para ele, as últimas medidas de incentivo ao consumo só gerarão algum efeito, ainda que discreto e gradual, a partir do primeiro trimestre de 2012. “As decisões de produção já foram tomadas e calibradas para o suprimento de um menor volume de pedidos do comércio, comparado com o mesmo período do ano anterior, fato comprovado pela excessiva acumulação de estoques nas fábricas.”

## **Fábrica muda de dono em São José**

08/12/2011- Gazeta do Povo

A canadense Magna International, terceira maior fabricante de autopeças do mundo, anunciou ontem a compra das quatro fábricas da Thyssen Krupp Automotive Systems Industrial do Brasil (TKASB), que fabrica componentes e estruturas de chassi para veículos. O negócio foi feito por meio da Cosma International, unidade de negócios da Magna. A TKASB emprega 770 pessoas em

suas quatro fábricas no Brasil – uma delas fica no polo automotivo de São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba – e fornece autopeças para diversas montadoras, entre elas Renault/Nissan, também de São José, Ford, Fiat, Honda e PSA Peugeot Citroën. As outras fábricas da empresa adquirida ficam em São Bernardo do Campo (SP), Ibirité (MG) e Camaçari (BA).

## Vale negocia mudanças nos preços do minério

08/12/2011- Valor Econômico

A Vale está em negociações com seus principais clientes, entre os quais a ArcelorMittal e a China Steel, com o objetivo de rever os preços do minério, de acordo com o diretor-executivo de minério de ferro e estratégia da mineradora, José Carlos Martins. A ideia é mudar o sistema de formação de preços.

Ontem, durante evento da companhia em Londres, o executivo disse que, neste momento, a maior parte das vendas da mineradora já leva em conta a média das cotações do minério no trimestre corrente e não o preço médio verificado no período de três meses anteriores, conforme a sistemática vigente até então.

"Estamos negociando com eles e essa será uma negociação árdua, sem volta", afirmou o executivo, referindo-se ao fato de os preços da commodity no mercado à vista serem hoje mais favoráveis aos clientes. "Hoje o desconto está em 20%, mas não sabemos se ele se manterá até o fechamento do trimestre", acrescentou.

Segundo Martins, essa nova sistemática - baseada em valores praticados no mercado à vista dentro do trimestre - tira a previsibilidade que o modelo de preços anterior oferecia. "O mercado está se movendo para uma sistemática de preços mais líquida e, cada vez mais, os preços estarão perto daqueles do mercado spot", ressaltou.

A Vale espera que o preço da tonelada do minério de ferro se estabilize entre US\$ 140 e US\$ 150 nos próximos dois ou três meses, segundo Martins. Para o próximo ano, afirmou o executivo, a mineradora brasileira pretende vender o equivalente a sua capacidade produtiva, de 300 milhões de toneladas anuais da commodity.

Em relação aos preços futuros do minério, Martins afirmou que há expectativa de recuperação. Nesse caso, se estiver em vigor a nova sistemática de preços, não haverá negociação com os clientes. "Estamos abertos à negociação (da nova sistemática), mas é uma via sem volta. Não dá para voltar atrás quando preço à vista não for favorável para o cliente."

Na avaliação do diretor financeiro da Vale, Tito Martins, os próximos meses devem ser marcados por estabilidade nos preços de negociação do minério de ferro e nos volumes comprados. "Não vemos grandes movimentos na China", afirmou.

Já a ocorrência de problemas com o cargueiro Vale Beijing, operado pela coreana STX Pan Ocean para a Vale, é vista como "muito séria" pela mineradora. "Vemos isso como muito sério e queremos saber o que realmente aconteceu", disse José Carlos Martins.

Conforme o executivo, ainda é cedo para apontar o que pode ter provocado o incidente com a embarcação, que foi transferida para a Baía de São Marcos, no Estado do Maranhão, e não faz sentido especular sobre questões técnicas. "Não é usual que isso aconteça e se trata de uma embarcação nova", disse.

O incidente envolvendo o Vale Beijing ocorreu no sábado à noite, no Terminal de Ponta da Madeira, quando cerca de 300 mil toneladas de minério de ferro já haviam sido embarcadas - o cargueiro tem capacidade para 400 mil toneladas.

Desde então, equipes da Vale, da STX e de especialistas de outras companhias estão empenhados em diagnosticar o que houve na embarcação e como solucionar o problema. "Neste momento, não há nada definitivo sobre o que pode ser feito", acrescentou.

## **Pressão europeia e forte queda da Vale levam Ibovespa a recuar 1,5%**

08/12/2011- Valor Econômico

Enquanto os líderes dos países europeus discutem saídas para resolver a crise da dívida soberana da região, os mercados financeiros vivem momentos de alta volatilidade. Se nos últimos dias investidores estavam aparentemente mais esperançosos com uma solução no “velho continente”, hoje eles preferiram adotar maior cautela, de olho no desfecho da situação.

A reunião de cúpula da União Europeia ocorre nesta sexta-feira e desperta muita atenção dos mercados globais. Ontem, o "Financial Times" revelou que as negociações para que o encontro resulte em medidas de impacto financeiro incluem uma proposta para a existência de dois fundos de resgate separados, que somariam quase 1 trilhão de euros, e um apoio maior do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A Alemanha, contudo, pode se opor à proposta. Segundo um representante alemão, o país teria rejeitado a proposta de combinar o atual fundo de resgate europeu com outro fundo permanente, noticiou a "Bloomberg News".

A informação azedou o humor dos agentes na Europa e também provocou “estragos” no Brasil, onde o mercado ainda sofreu o forte impacto da queda das ações da Vale.

Após alcançar ontem o maior patamar desde 25 de julho, o Ibovespa fechou em queda de 1,47%, aos 58.662 pontos. O volume financeiro seguiu fraco e somou R\$ 5,849 bilhões.

Já nos Estados Unidos, as bolsas operam instáveis desde o início da jornada. Pouco antes do fechamento, o índice Dow Jones subia 0,74%, enquanto o Nasdaq avançava 0,22% e o S&P 500 tinha ganho de 0,47%.

Investidores não tiveram notícias fortes o suficiente para se animar nesta sessão. Ainda que os leilões de títulos promovidos pela Alemanha e por Portugal tenham sido bem sucedidos, dados de produção industrial do Reino Unido e da Itália decepcionaram.

E a agência de risco Standard & Poor's (S&P) ainda colocou os ratings de alguns dos maiores grupos bancários da zona do euro em CreditWatch (observação) com implicações negativas, ou seja, com possibilidade de rebaixamento. A lista inclui nomes como BNP Paribas, Barclays, Commerzbank e Deutsche Bank.

O movimento já era esperado, depois de a agência ter feito o mesmo com as notas de crédito soberano de 15 países membros da zona do euro.

“A bolsa brasileira devolveu uma parte da alta do mês diante da situação europeia e de olho no que vai vir de concreto na sexta-feira. Os países europeus já identificaram e assumiram os problemas, mas agora precisam dar um passo importante”, diz o gestor da Grau Gestão de Ativos Flavio Barros.

Ele ressalta, contudo, que ainda que a decisão da Europa agrade e estimule um clima de euforia nos mercados financeiros, os próximos dados de atividade a serem divulgados na região ainda vão trazer preocupação, ao deixar explícito o enfraquecimento europeu.

“O clima dos mercados pode estar mais ameno, mas isso não significa que o investidor está confortável”, comenta Barros.

## Agenda

Amanhã à tarde, a primeira-ministra da Alemanha, Angela Merkel, e o presidente da França, Nicolas Sarkozy, reúnem-se com o presidente do Banco Central Europeu, Mario Draghi, e vários outros líderes europeus, antes de um jantar com os chefes de governo da União Europeia, em Bruxelas.

Merkel e Sarkozy apresentaram suas propostas detalhadas para reforma do tratado europeu nesta quarta-feira. Na noite de quinta-feira, o presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, vai apresentar um relatório aos chefes de governo da UE sobre as propostas para aprofundar as regras de governança econômica e fiscal, incluindo mudanças limitadas no tratado.

## Empresas

Dentro do Ibovespa, apenas nove ações conseguiram subir, com destaque para os papéis PN da Gol (3,60%, a R\$ 15,50). O mercado reagiu ao anúncio de [acordo com a companhia americana Delta Air Lines](#), que vai comprar uma participação minoritária estratégica de US\$ 100 milhões, ou 3%, no capital preferencial da empresa brasileira.

As maiores altas do índice ainda pertenceram às ações Ambev PN (1,08%, a R\$ 63,45) e ALL ON (0,99%, a R\$ 9,14).

Na direção oposta, as principais quedas partiram dos papéis MRV ON (-5,05%, a R\$ 12,20), Telemar ON (-5,50%, a R\$ 20,26) e Brasil Telecom PN (-6,79%, a R\$ 10,70).

Além disso, Vale PNA cedeu 3,62%, a R\$ 39,05, com volume de R\$ 755 milhões, após a mineradora admitir a negociação com seus principais clientes, entre os quais a ArcelorMittal e a China Steel Corp, para a redução dos preços do minério praticados no quarto trimestre. Além disso, esteve em pauta a [nova sistemática de preços](#), baseada nos valores médios do trimestre corrente — e não do intervalo imediatamente anterior.

## Produção da indústria no Nordeste recua 4,7% no ano

08/12/2011- Valor Econômico

A indústria do Nordeste chegou a outubro com uma queda de 4,9% na comparação com os primeiros dez meses do ano passado, resultado bem pior do que a média do país, onde o setor ainda mantém um número positivo, ainda que pequeno (0,7%). A queda da produção é mais intensa no Ceará, com retração de 12,9%, mas também marca a indústria da Bahia (menos 4,3%) e de Pernambuco (menos 0,7%), sempre na comparação do acumulado de 2011 até outubro com igual período do ano passado.

A queda generalizada da produção industrial na região Nordeste durante 2011 tem como causas preponderantes, na avaliação do economista André Macedo, gerente da Produção Industrial Mensal (PIM) do IBGE, a concorrência dos importados, a dificuldade de exportação por conta da crise

internacional, o apagão (elétrico) que atingiu a indústria petroquímica baiana em fevereiro e também a queda da demanda doméstica.

"Há sempre um predomínio de setores atingidos seja pela concorrência externa, seja pela dificuldade de exportar", analisa, citando a indústria têxtil, cuja produção recuou 24,1% na região Nordeste de janeiro a outubro deste ano. A tradicional indústria de calçados e artigos de couro do Ceará apresentou queda de produção de 22,6% no mesmo período. A dificuldade de exportação de castanha de caju, outro produto tradicional cearense, contribuiu para a queda de 3,9% na produção industrial de alimentos no Estado.

Para o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), a pouca diversificação de setores industriais no Nordeste explica a forte queda da produção local. A região concentra grande parte das indústrias têxtil, de calçados e artigos de couro, que estão entre as que mais têm sofrido a concorrência de importados. "A produção nesses setores está caindo agudamente em todo o país. Mas como grande parte das empresas está instalada no Nordeste esse movimento fica mais evidente lá", diz Rogério César de Souza, economista-chefe do Iedi, lembrando que em Santa Catarina os números também são negativos. Pelos cálculos da Tendências Consultoria, cerca de 20% da indústria têxtil e de artigos de couro do país está na região Nordeste, o que faz com que a participação do setor na indústria local chegue a 11%.

Para o economista do IBGE, o câmbio sobrevalorizado e a crise internacional agiram negativamente de duas formas sobre a produção industrial nordestina: estimulando as importações, seja por baratear os produtos, seja por estimular a indústria internacional a buscar os mercados mais dinâmicos. E, na ponta das exportações, elevando os preços dos produtos brasileiros (o câmbio) e desaquecendo o consumo nos países ricos, os mais atingidos pela crise.

Para o técnico, os dados do varejo apurados pela Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE ainda não permitem concluir que esteja havendo um esgotamento do ciclo de elevação do consumo na região Nordeste gerado, entre outros fatores, pelos programas de distribuição de renda do governo federal.

Enquanto as vendas do varejo cresceram 6,95% no Brasil de janeiro a setembro, elas aumentaram 8,71% na Bahia, 7,34% em Pernambuco e 9,47% no Ceará, para citar as três maiores economias regionais. Mas no Ceará, a PMC mostra queda nas vendas de tecidos, vestuário e calçados (-3,75%), justamente os setores mais afetados da indústria local.

O economista Raul Silveira Neto, professor da pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ressaltando ser necessário um exame mais apurado, disse que há concorrência externa, mas que também já se percebe queda no consumo da região por conta das incertezas trazidas pela crise. Segundo ele, esses fatores explicam, por exemplo, a perda de dinamismo do polo de confecções de Santa Cruz do Capibaribe, no seu Estado.

Macedo, do IBGE, entende que os dados "não necessariamente mostram queda do consumo, mas substituição do produto nacional pelo importado". Ele destaca que têxteis (-14,9%), vestuário (-3,3%), calçados (-9,3%) e outros produtos químicos (petroquímicos), com queda de 2,7%, perderam dinamismo no país como um todo, sendo os têxteis responsáveis pelo mau desempenho da indústria de Santa Catarina, na região Sul queda de 4,4% de janeiro a outubro).

Segundo ele, a produção de veículos só não está negativa no ano (cresceu 3,21% até outubro) por causa dos caminhões, sendo neste caso um sinal claro de desaquecimento do mercado doméstico e com impacto, por exemplo, na produção industrial da Bahia, o Estado que responde por cerca de 50% da produção industrial do Nordeste, segundo as ponderações usadas pelo IBGE. Em setembro

e outubro, a produção automobilística baiana acumulou queda de 9,3%, fazendo com que o indicador acumulado, que vinha fortemente positivo, passasse a ser 2,7% negativo em outubro.

O carro-chefe da indústria baiana, contudo, é a química e petroquímica cuja produção de janeiro a outubro, sempre em relação ao mesmo período do ano passado, caiu 10,2%. O setor, segundo Macedo, responde por cerca de 55% da indústria do Estado. Bahia, Pernambuco e Ceará respondem por aproximadamente 75% da produção industrial nordestina.

Por ser dependente de poucos setores, o Iedi estima que a produção industrial do Nordeste deverá continuar patinando nos próximos meses. "São Paulo, Rio e Minas Gerais, por terem uma indústria mais diversificada sofrem menos", afirma. "Mas os efeitos mais graves da crise internacional sobre a indústria brasileira ainda estão por vir", alerta Souza, acrescentando que, além de persistirem as importações, as exportações deverão registrar queda em 2012, tanto as de bens transformados como as da extrativa mineral. "E sabemos que as medidas de incentivo ao consumo demoram para surtir efeito", complementa Souza.

## Responsabilidade da empresa contratante está em debate

08/12/2011- Valor Econômico

Dois pontos principais afetam a regulamentação do trabalho terceirizado no Brasil: a definição de atividade-fim das empresas contratantes e a responsabilidade destas no caso de falência das prestadoras de serviço.

Para boa parte das entidades trabalhistas, estabelecer as atividades-fim das empresas é crucial para que elas possam ser impedidas de substituir seus empregados diretos por terceirizados nessas funções essenciais. Mas se é fácil entender a prestação de serviços de alimentação e vigilância como tarefas complementares para o funcionamento de um banco ou de uma indústria de tecelagem, o assunto torna-se nebuloso quando uma empresa terceirizada participa diretamente da montagem de um carro ou assume uma etapa das obras de uma empreiteira, por exemplo.

O Projeto de Lei 4330, do deputado Sandro Mabel (PR-GO), reforçado pelo substitutivo de Roberto Santiago (PSD-SP), procura fugir da armadilha da atividade-fim, deslocando o debate para os mecanismos de proteção ao trabalhador terceirizado. O deputado Vicente Paulo da Silva (PT-SP), ex-presidente da CUT, apresentou outro substitutivo, recolocando a expressão no texto do projeto, para evitar o que chama de "consolidação da precarização do trabalho terceirizado".

A segunda grande questão polêmica, acerca da responsabilidade da companhia contratante na eventual inadimplência da prestadora de serviço, parece mais próxima de um acordo. Mabel e Santiago propõem a responsabilidade subsidiária da contratante, mas desde que esta fiscalize de perto o cumprimento das normas legais pela contratada. Se a primeira descuidar desse controle, aí, sim, será responsabilizada e arcará com a dívida da segunda.

Para ajudar nesse processo, o projeto exige a integralização do capital mínimo da prestadora de serviços e impõe a ela uma caução de 8% do valor de contrato, para garantir a folha de pagamento de um mês. O deputado Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, quer simplificar essa questão, estabelecendo a responsabilidade solidária da contratante em qualquer circunstância de falência da contratada.

Apresentado em 2004, o PL 4330 passou pelas comissões de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho, onde incorporou emendas, e está sendo analisado nesse momento por um terceiro grupo de trabalho, formado por seis representantes de trabalhadores e seis do empresariado. "Como qualquer projeto, ele não consegue agradar a todos os setores, mas representa o pensamento médio da Câmara e da sociedade. E será um grande avanço nesse quadro de confusão jurídica que

vivemos, que divide os tribunais e abre brechas para distorções na terceirização. Quem mais sofre com a demora na sua aprovação são os próprios trabalhadores", acredita Sandro Mabel.

O deputado Vicentinho não vê tantos progressos assim e pretende estender o debate para o plenário da Câmara. "Do jeito que está, o projeto mantém a terceirização como um instrumento de exploração do trabalhador. As prestadoras de serviço devem se ater a resolver gargalos na produção e não servir de pretexto para as empresas contratantes ganhar dinheiro fácil", afirma.

Roberto Santiago rebate citando a proibição da intermediação de mão de obra, a extensão de benefícios básicos aos terceiros e as novas exigências feitas a empresas contratadas como exemplos claros de medidas a favor dos trabalhadores. "Precisamos é nos livrar da contaminação ideológica nos debates, que sempre o maior obstáculo na busca de soluções", acusa. Apesar dos contratamentos, Santiago espera que o projeto vá para votação até meados de 2012. Vicentinho não arrisca uma previsão. "Não dá para fixar nenhum prazo. O texto ainda precisa ser bastante aperfeiçoado", diz.

## CLT, de 1943, ainda ampara a maioria dos julgamentos

08/12/2011- Valor Econômico

A legislação atual não prevê um referencial objetivo que dê segurança jurídica para a terceirização dos serviços públicos ou privados. As leis sobre a matéria são esparsas e tratam de trabalho temporário, dos serviços de vigilância e limpeza, de serviços do setor de telecomunicação, e uma súmula (texto com referências legais em teses criadas ao longo do tempo nos tribunais), conhecida como 331, que ampara a decisão dos juízes, em caso de conflito. Em decorrência dessa lacuna, no julgamento de disputas que envolvem terceirização, prevalece o princípio básico do direito do trabalho: *in dubio pro operario*, ou seja, na dúvida, em favor do trabalhador.

"As ideias básicas do direito do trabalho estão na Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943, e são elas que acabam amparando os julgamentos quando a questão apresentada não encontra respaldo direto nos critérios legais disponíveis", explica Carlos Ari Sundfeld, especialista no assunto e professor da Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas.

O direito do trabalho e o civil apresentam leis com critérios para distinguir essas questões. No entanto, a realidade econômica se impõe, apresentando contornos mais complexos do que aqueles que estão previstos na legislação, deixando os juízes sem respaldo jurídico suficiente para decidir.

É justamente para estabelecer um novo marco legal para as terceirizações e apresentar a clareza que a Justiça do Trabalho requer que tramita no Congresso o projeto de lei 4.330/04, pretendendo ser a referência que está faltando para o tema. Elaborado em 2004 e reunindo outros projetos de lei sobre o assunto que circularam pela Câmara dos Deputados até agora, o PL 4.330/04 pretende solucionar dois pontos bastante polêmicos da relação entre o capital e o trabalho: evitar a precarização do trabalho, que é denunciada constantemente por aqueles que se sentem injustiçados em contratos de terceirização e, ao mesmo tempo, dar segurança jurídica para as empresas públicas e privadas terceirizarem serviços que não têm condições de desenvolver internamente.

***PL pretende acabar com pontos polêmicos, como precarização do trabalho e falta de segurança para as empresas***

"O documento que tramita atualmente trata de forma ponderada os dois pontos mais polêmicos, que são a responsabilidade do tomador de serviços e o tipo de atividade que poderá ser terceirizado", diz o deputado Arthur Oliveira Maia (PMDB), titular da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O instrumento jurídico mais utilizado como base para os julgamentos atuais é a Súmula 331, de 1993, que define a solidariedade subsidiária para o tomador de serviços. Além disso, refere-se à atividade-meio do tomador como passível de terceirização, sem criação de vínculo trabalhista. "O novo texto propõe uma responsabilidade subsidiária relativa, obrigando a tomadora a fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista por parte das empresas terceirizadas, abrindo a possibilidade de cancelamento de pagamento dos serviços em caso de inadimplência", explica Maia.

Em relação ao tipo de atividade passível de terceirização, o PL 4.330/04 pretende eliminar a subjetividade, definindo que a terceirizada deve atuar em ramo especializado com objetivo correlato do tomador. "A legislação pode definir que a terceirizada tenha uma capacitação específica, pois o objetivo é evitar a precarização. Ao mesmo tempo, dar condições ao tomador de ter flexibilidade em sua atuação", diz Maia.

Genival Beserra Leite, presidente do Sinddeepres (entidade que representa os trabalhadores de empresas de serviços), não concorda que serão eliminadas as atuais brechas que induzem, muitas vezes, a julgamentos incorretos. "Os debates não foram suficientes para abranger todas as questões, e, se ficar como está, essa lei será mais uma daquelas que não são cumpridas", diz. Para Beserra, o PL 4.330 gera a 'quarteirização' quando fala em empresa correlata, e não contempla casos que são claros de intermediação de mão de obra.

Para o professor Sundfeld, o caminho para prever quando a terceirização é lícita ou não é tortuoso, diante da complexidade da realidade. "Todos os marcos legais existentes para essa matéria são reativos, criados para dar amparo legal a situações reais apresentadas", diz. Após a Constituição de 1988, os obstáculos para gestão de empresas públicas acabaram gerando aumento de terceirizações.

"O mais racional seria antecipar as situações, e não reagir a elas", acredita. Nesse sentido, seria necessário estabelecer os objetivos específicos para a criação da lei. "A sociedade precisa, ainda, discutir muito o tema", diz.

## **Empresários e sindicatos divergem sobre benefícios**

08/12/2011- Valor Econômico

As empresas buscam na terceirização uma forma de reduzir custos, ampliar a eficiência e ganhar competitividade. No Brasil, o fenômeno ganhou força na década de 90 e o debate acerca da sua legalidade foi reaceso recentemente, com a audiência pública do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que teve por objetivo discutir a pertinência da criação de uma legislação específica para o tema.

Mas, se a volta do debate em torno da terceirização agora se dá no ambiente jurídico, as questões relacionadas ao trabalho terceirizado nunca saíram da pauta de empresas e trabalhadores, que se colocam em polos opostos em torno do assunto.

Embora empresários defendam a terceirização como fator de estímulo à eficiência e empregados a vejam como indutor da precarização do trabalho, os dois lados concordam que é necessário ampliar o debate sobre o tema e até mesmo criar uma nova legislação.

***Os dois lados concordam que é necessário ampliar o debate e até mesmo criar uma nova legislação***

"A terceirização é uma parte fundamental da atividade econômica, que está em contínua mutação e desenvolvimento. Portanto, impedir uma empresa de usar essa ferramenta, é acabar com sua capacidade de se adaptar às demandas de clientes e do mercado como um todo", diz o diretor

adjunto do Departamento Sindical da federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Adauto Duarte.

Na visão dele, a terceirização foi fundamental para o recente desenvolvimento do país e sua regulamentação poderia minar as próprias bases do crescimento brasileiro. "O setor de serviços representa a maior parcela do PIB brasileiro. Seu crescimento se deve à evolução econômica do país, e a terceirização faz parte dela. Impedi-la é reduzir o potencial de crescimento do Brasil", diz Duarte.

Segundo o executivo, 64,1% do consumo brasileiro foi atendido por produtos importados. "Isso significa que é preciso incentivar nossa competitividade. As indústrias precisam de flexibilidade para adaptarem-se à competição global. Os países desenvolvidos não têm uma regulamentação específica para o tema e isso mostra que o Brasil está alinhado às boas práticas internacionais", defende.

A opinião de Adauto encontra resistência entre os sindicatos de trabalhadores. Em um estudo denominado "Terceirização e Desenvolvimento: uma conta que não fecha", a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), tentam provar a importância reduzida da terceirização para o desenvolvimento do país.

Segundo o estudo, as empresas tipicamente terceirizadas respondem por 25,5% do mercado formal de trabalho, com três horas a mais na jornada de trabalho e uma rotatividade de 44,9%, contra 22% das companhias com perfil de contratantes. "Esses dados mostram que as empresas não estão buscando eficiência e competitividade ao terceirizar, mas simplesmente a redução de custos. Isso não representa desenvolvimento", analisa o presidente da CUT, Artur Henrique.

Para o sindicalista, a ideia de que o setor de serviços têm crescido também amparado pela terceirização não encontra eco na realidade, uma vez que as atividades delegadas não representam um novo ramo, mas apenas uma oportunidade de redução de custos por parte das companhias. "As necessidades dos negócios continuam as mesmas, o que muda é a visão das empresas, que hoje buscam reduzir custos de mão de obra de todas as formas possíveis", diz.

De acordo com Henrique, o número de processos sobre terceirização - cerca de 5 mil, apenas no âmbito do TST, segundo dados do próprio tribunal -, expõe os problemas resultantes da atividade terceirizada. "Na prática, empresas começaram a adotar medidas para demitir trabalhadores de determinados setores e contratar as mesmas pessoas, transformadas em prestadores de serviços, que continuam a desempenhar as mesmas funções, por um custo menor."

Jurista e ministro vitalício do TST, Vantuil Abdala concorda que a terceirização tem como um dos efeitos colaterais a precarização do trabalho. Para ele, a única forma de garantir o bem estar dos trabalhadores, preservando a competitividade das empresas, é a criação de uma nova norma que trate especificamente do tema.

"A precarização existe, mas isso não é um fenômeno intrínseco à terceirização - ela existe em todas as áreas. O que é inaceitável é termos uma atividade que cresceu de forma expressiva nas últimas décadas e, do ponto de vista jurídico, está apoiada apenas em resoluções e súmulas", afirma Abdala, lembrando que a última peça jurídica produzida sobre o tema é a súmula 331 do TST, publicada em 1993.

Para o jurista, a ausência de uma legislação específica para o tema têm prejudicado trabalhadores e empresas em proporções semelhantes. "As empresas idôneas sofrem uma concorrência desleal daquelas que atuam na ilegalidade. Os trabalhadores, por sua vez, ficam vulneráveis ao se inserirem em um mercado não regulado."

Abdala ainda aponta a dificuldade em fiscalizar infrações como uma das razões para instituir uma nova legislação que trate apenas desse segmento. "Deveríamos ter uma regulamentação para estabelecer sanções fortes para ambos os lados, para o contratante e o contratado. Porque a fiscalização tem dificuldade de verificar as situações improprias e, quando consegue, percebe que a situação já existe há muito anos", justifica.

E se a precarização do trabalho ocorre pelo desrespeito às leis vigentes ou à falta de uma norma especial, tanto empresários quanto sindicalistas pregam o combate à ilegalidade. "Quando se fala que uma empresa não pratica as regras previstas em lei, não faz diferença se ela é tomadora ou prestadora de serviços. Quem descumpra a lei deve ser punido", diz Duarte.

## **Consumo de alumínio crescerá 9,3% em 2011**

08/12/2011- Foundry Gate

A Associação Brasileira do Alumínio - ABAL divulga a projeção para o consumo interno de produtos transformados de alumínio para 2011. De acordo com a entidade, serão consumidas 1.420,7 mil toneladas, contra 1.299,6 mil toneladas em 2010, o que significa um crescimento de 9,3%.

De janeiro a setembro, o mercado doméstico de produtos de alumínio consumiu 1.047,6 mil toneladas, um aumento de 10,4% em relação a igual período de 2010. Todos os setores registraram crescimento, com destaque para Fios e Cabos com 85,8%, impulsionado pela demanda do produto nas linhas de transmissão de energia.

## **Indústria tem prejuízo de R\$ 30 mil por dia com roubo de cobre**

08/12/2011- Foundry Gate

O mês de outubro deixou os empresários da indústria do cobre em alerta. Segundo estudo realizado pelo Sindicel, o setor registrou prejuízo de R\$ 931 mil.

Isso significa R\$ 30 mil por dia, valor 31% maior que o mês anterior.

O prejuízo com os desvios, entre janeiro e outubro de 2011, já ultrapassa os R\$ 7 milhões, 42,2% maior que o mesmo período do ano passado.

De acordo com o levantamento, foram desviadas, em 30 dias, 54,6 toneladas e registradas seis ocorrências.

"O setor continua com dificuldades em coibir a ação das quadrilhas especializadas. As empresas vêm reforçando a segurança, principalmente no momento do transporte de carga", afirma Sérgio Aredes, presidente do Sindicato da Indústria de Condutores Elétricos, Trefilação e Laminação de Metais Não Ferrosos do Estado de São Paulo (Sindicel).

Para Aredes, no entanto, outros recursos são fundamentais no combate aos desvios. "É necessário reforçar instrumentos fiscais que inibam o processamento do cobre sem origem legal", conclui.

De janeiro a outubro, foram roubadas 389,1 toneladas ante 294,5 desviadas em igual período de 2010, o que representa aumento de 32%.

**Fonte:** Brasil Econômico

## Vendas de veículos podem avançar até 5% em 2012

08/12/2011- Newsletter Automotive Bussiness

As vendas de veículos devem crescer de 4% a 5% em 2012, para até 3,81 milhões de unidades. A projeção, divulgada pela Anfavea nesta quarta-feira, 7, leva em conta as medidas recentemente anunciadas pelo governo para aquecer a economia, como a redução do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras).

“Essa expectativa é até moderada, alguns analistas apostam em um crescimento maior”, explica Cledorvino Belini, presidente da entidade. O dirigente acredita ainda que a nova política industrial, que exige índices mínimos de conteúdo regional para que os carros vendidos no País não recebam adicional de 30 pontos no IPI, poderá segurar o avanço das importações.

Para o executivo, apesar de ser difícil prever o comportamento do mercado, a participação dos veículos importados não deve superar os 23% registrados entre janeiro e novembro deste ano. Belini prevê também interrupção no crescimento das vendas diretas a frotistas, que ficavam em torno de 20% do total comercializado no ano passado e subiram para 30% em 2011. “Esse avanço foi reflexo do crescimento econômico. A perspectiva agora é de estabilização”, explica. Segundo ele, com novos contratos fechados, as empresas precisaram ampliar suas frotas, movimento que não deve persistir em 2012.

## Anfavea: mercado cresce, mas produção não acompanha

08/12/2011- Newsletter Automotive Bussiness

Enquanto o mercado interno cresceu quase 5% nos onze meses de 2011 se comparado ao mesmo período do ano passado, a produção de veículos ficou estável, com crescimento abaixo de 1%. Até novembro, as montadoras aqui instaladas fabricaram 3,1 milhões de unidades, 0,9% a mais do que o volume entregue em iguais meses de 2010. Os números foram divulgados nesta quarta-feira, 7, pela Anfavea.

Cledorvino Belini, presidente da entidade, considerou o crescimento “razoável” para o setor e explicou que o motivo do menor ritmo das linhas está nos estoques: “Em preparação à alta na demanda as montadoras elevaram seus estoques e o que ocorreu em novembro foi o seu escoamento”. No mês passado as empresas trabalharam com estoque total de 35 dias. Para Belini, este é um nível “teoricamente normal e condiz com a realidade do mercado brasileiro”.

Em novembro, as linhas aceleraram o ritmo em 3,4% na comparação com outubro, para um total de 274.487 unidades. Entretanto houve recuo de 9,1% sobre idêntico mês de 2010, quando foram produzidos 265.571 veículos.

Pelas projeções da Anfavea, a produção nacional de veículos deve encerrar o ano com aumento 1,1% sobre 2010, para 3,42 milhões de unidades e em 2012 os números apontam para 3,49 milhões de unidades fabricadas, aumento de 2% sobre 2011.

## **Exportações**

Ao contrário da produção, novembro foi para as exportações o melhor mês do ano ao registrar o embarque de 55.940 veículos, incluindo caminhões e ônibus. O volume é 5,2% maior do que o registrado em outubro, quando 52.249 unidades saíram do País, e supera em 9,2% o apurado em novembro de 2010. As vendas externas, que atingiram a casa das 50 mil unidades pela primeira vez em outubro, devem encerrar 2011 com 540 mil unidades, mostram as projeções da entidade.

No acumulado de onze meses as vendas para outros mercados somaram 493.165 veículos, aumento de 4,7% com relação ao mesmo período do ano passado. Em valores, representaram US\$ 14,1 bilhões, incluindo máquinas agrícolas, em crescimento de 19,9% sobre o resultado de janeiro-novembro de 2010.

Belini disse que o crescimento da demanda no mercado argentino e de outros países da América Latina é o que tem impulsionado as exportações brasileiras, e acrescentou: "O crescimento (em valores) deve-se ao reposicionamento de preço para compensar o câmbio, ao melhor mix de produtos e ao incremento das vendas de autopeças para abastecer a frota de carros que foi vendida nesses mercados no passado".

As importações do período acumulado chegaram a 763,8 mil unidades, o que fez aumentar o déficit da balança comercial do setor na comparação com 2010. Até novembro a diferença fechou em 270,6 mil unidades a favor dos importados, enquanto que no ano passado esse volume era de 106,2 mil.

Belini considerou ser cedo demais para prever o volume das importações de veículos em 2012, mas sinalizou que a entidade vai esperar o primeiro trimestre para avaliar a questão. Entretanto, adiantou que as medidas adotadas pelo governo, referentes ao aumento do IPI em 30 pontos percentuais para carros importados, deve ampliar o espaço para o produto nacional. Já para as exportações, a entidade projeta 510 mil unidades em 2012, o que representaria queda de 5,5% sobre o resultado deste ano.